



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2023

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, cujo nome comercial adotado é PortosRio - Autoridade Portuária, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na rua Dom Gerardo nº 35, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos.

Os resultados operacionais e financeiros obtidos pela PortosRio - Autoridade Portuária em 2023 são resultado do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário.

A PortosRio administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Desta forma, busca garantir investimentos em obras e tecnologia para melhorar seus acessos, suas instalações e a segurança da operação, ciente que a modernização da infraestrutura é fundamental para atrair mais cargas, alavancar a competitividade de seus usuários e atrair para viabilização de novos empreendimentos.

Orientado por um Planejamento Estratégico de longo prazo, o portfólio de projetos estratégicos está sendo executado dentro do esperado, o que demonstra o comprometimento, dedicação e empenho da equipe técnica.

O compromisso da gestão em reerguer a empresa, com base em sólidos princípios como a valorização do quadro funcional; a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos; transparência e ética; visão de futuro; e responsabilidade socioambiental corporativa, vêm posicionando a Companhia como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias, assumindo sua principal missão na qualidade de Autoridade Portuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional ao tornar os portos sob sua gestão competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimentos.

O Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras de 2023 estão disponibilizados na íntegra no endereço: <https://www.portosrio.gov.br/pt-br/ acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras/detalhamento-2023>

Francisco Leite Martins Neto
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Em milhares de Reais)							
ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	310.909	279.714	Fornecedores	14	39.420	16.308
Contas a receber de clientes	6	16.902	17.778	Obrigações trabalhistas e assistenciais	15	17.916	24.381
Créditos fiscais	7	4.035	4.988	Obrigações tributárias	16	204.783	205.422
Valores a receber	8	7.645	26.275	Obrigações contratuais	17	20.356	16.231
Outros ativos	9	618	200	Benefícios pós emprego	18	24.998	24.318
		<u>340.109</u>	<u>328.955</u>			<u>307.473</u>	<u>286.660</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	16	430.116	504.188
Valores a receber	8	1.244	56.933	Benefícios pós emprego	18	267.720	258.822
Depósitos judiciais	10	602.912	635.212	Provisão para contingências	19	2.231.226	1.726.336
Partes relacionadas	11	-	293.215	Adiant. futuro aumento de capital	20	359.506	326.938
Créditos fiscais	7	66.542	55.323			<u>3.288.568</u>	<u>2.816.284</u>
Outros ativos	9	59.478	421				
		<u>730.176</u>	<u>1.041.104</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	21	2.162.322	2.455.537
Propriedade para investimento	12	10.285	14.297	Outros resultados abrangentes		65.952	80.112
Imobilizado	13	829.936	783.299	Prejuízos acumulados		(3.913.808)	(3.470.938)
		<u>1.570.397</u>	<u>1.838.700</u>			<u>(1.685.534)</u>	<u>(935.289)</u>
Total do ativo		1.910.507	2.167.655	Total do passivo		1.910.507	2.167.655

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Operações continuadas			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	22	812.865	728.973
Custos da operação	23	(167.546)	(154.838)
Lucro bruto		645.319	574.135
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	24	(209.556)	(257.532)
Depreciação	25	(26.256)	(26.485)
Provisões contábeis líquidas	26	(727.955)	(512.105)
Outras receitas operacionais	27	27.786	19.646
Outras despesas operacionais		(534)	(11)
		(936.515)	(776.487)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(291.196)	(202.352)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	28	(61.271)	(101.558)
Resultado antes dos tributos		(352.467)	(303.910)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	29	(66.452)	(36.448)
Contribuição social	29	(23.951)	(13.130)
		(90.403)	(49.578)
Resultado do exercicio		(442.870)	(353.488)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.222.461.484
Prejuízo por milhares de ações do Capital Social		(0,41)	(0,29)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
(Em milhares de Reais)			
	2023	2022	(Reapresentado)
Resultado líquido do período	(442.870)	(353.488)	
Outros resultados abrangentes	(14.160)	33.627	
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	33.627	
Resultado abrangente do período	(457.030)	(319.861)	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
(Em milhares de Reais)			(Em milhares de Reais)		
	2023	2022		2023	2022
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)			(Reapresentado)
Fluxo da atividade principal			Receitas	1.131.031	800.229
Resultado do exercício	(442.870)	(353.488)	Tarifas portuárias	168.956	104.699
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	33.627	Arrendamentos operacionais e aluguéis	662.818	641.081
(+) Depreciação e amortização	67.323	67.911	Provisão para perdas estimadas	(8.064)	(40.267)
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	4.072	-	Reversão de provisões	307.321	94.716
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	32.568	27.536	Insumos adquiridos de terceiros	(1.077.844)	(683.380)
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.285	-	Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(45.129)	(46.538)
(+) Provisão para contingências	504.890	389.252	Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(1.019.507)	(553.934)
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	9.578	(40.416)	Outros custos	(13.208)	(82.908)
(-) Receitas diferidas	-	(4.691)	Valor adicionado bruto produzido pela entidade	53.187	116.849
Resultado ajustado	162.686	119.731	Depreciação e amortização	(67.323)	(67.912)
Variações no ativo			Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(14.136)	48.937
Contas a receber	(409)	(3.782)	Valor adicionado recebido em transferência	61.870	63.670
Créditos fiscais	(10.266)	(46.438)	Receitas financeiras	53.528	60.842
Valores a receber	74.319	4.371	Outras	8.342	2.828
Depósitos judiciais	32.300	(62.111)	Valor adicionado a distribuir	47.734	112.607
Outros ativos	(59.475)	547	Distribuição do valor adicionado	47.734	112.607
Variações no passivo			Pessoal	251.188	245.809
Fornecedores	23.112	10.588	Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	148.407	129.750
Obrigações trabalhistas e assistenciais	(6.465)	10.946	Benefícios	39.557	34.098
Obrigações tributárias	(74.711)	(59.081)	Benefícios pós-emprego	6	13.693
Obrigações contratuais	4.125	(7.809)	FGTS	11.328	10.022
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	145.216	(33.038)	INSS	36.842	33.508
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			Provisões	14.458	24.018
Imobilizado	(114.021)	(38.943)	Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	590	720
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(114.021)	(38.943)	Tributos	94.655	57.886
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	31.195	(71.981)	Federais	93.042	55.104
Caixa e equivalentes no início do período	279.714	351.695	Estaduais	-	87
Caixa e equivalentes no fim do período	310.909	279.714	Municipais	1.613	2.695
			Remuneração de capitais de terceiros	144.761	162.400
			Despesas financeiras	114.799	162.400
			Contratos	29.962	-
			Resultado do exercicio	(442.870)	(353.488)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
(Em milhares de Reais)				
Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(14.160)	-	(14.160)
Resultado do exercício	-	-	(442.870)	(442.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	65.952	(3.913.808)	(1.685.534)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2022 A 31/12/2022				
Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.455.537	46.485	(2.877.478)	(375.456)
Efeitos da reapresentação	-	-	(239.972)	(239.972)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.455.537	46.485	(3.117.450)	(615.428)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	33.627	-	33.627
Resultado do exercício	-	-	(353.488)	(353.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

Eventos relevantes:

a) Melhorias no campo operacional

Com o objetivo de maximizar a exploração de áreas operacionais a Companhia centrou esforços em 2023 para o desenvolvimento de estudos técnicos e de viabilidade além de grande esforço de prospecção para o arrendamento de terminais de diversas naturezas, seja no porto do Rio de Janeiro, onde se destaca os projetos RDJ06A, RDJ06, RDJ07, RDJ10e RDJ11, bem como no porto de Itaguaí, onde se estuda o arrendamento de dois terminais de granel sólido (TGS2 e TGS3).

Além desses projetos, foram realizadas diversas tratativas com empresas interessadas na criação do centro de excelência em transição energética, com implantação de produção de hidrogênio verde no porto de Itaguaí, que atualmente está em fase de estudo de viabilidade.

Para consecução de sua missão em prover infraestrutura portuária competitiva, a Companhia realizou uma série de investimentos na implantação de facilidades e melhoria de instalações, no qual se destaca a obra em curso de ampliação e modernização do Cais da Gamboa, obra que irá proporcionar a dragagem para -13,5 metros de profundidade, possibilitando assim condições para receber os navios de classe Panamax. Também foi assinado contrato da obra da pavimentação do cais da Gamboa.

Ainda no campo operacional, foi assinado contrato de manutenção e operação da sinalização náutica dos portos sob jurisdição da PortosRio, que possibilitará a manutenção da funcionalidade, integralidade, eficiência e eficácia dos canais de acesso e bacias de evolução dos Portos, nos termos definidos pela NORMAM 17, por força do art. 18 da Lei nº 12.815/2013.

Com vistas ao aprimoramento da gestão portuária no Porto do Rio de Janeiro, a Companhia iniciou a dragagem para receber navios da classe New Panamax de LOA 366 e concluiu a derrocagem realizada pela ICONIC. No porto de Itaguaí, foi realizada a dragagem de manutenção da bacia de evolução do porto de Itaguaí e do berço 401, pela Companhia Baía de Sepetiba - CPBS.

Nesse aspecto, também foram desenvolvidos projetos buscando maximizar a eficiência das operações no porto de Itaguaí, como estudos para implantação de um canal leve, visando aumentar a produtividade operacional.

b) Projetos e infraestrutura terrestre

A Companhia também deu continuidade ao projeto de implantação do VTMISS, com a operação do subsistema de monitoramento ambiental - SMA e a instalação de câmeras térmicas nos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, instalação das câmeras ópticas e termais adquiridas na Hensoldt UK, na base de hidrografia da marinha em Niterói (BHMN) e na ilha rasa, bem como instalação de 01 radar SBS 800-3 da Hensoldt UK, na base de hidrografia da marinha em Niterói (BHMN).

No que se refere à infraestrutura terrestre, no porto do Rio de Janeiro foram finalizadas as obras de iluminação e pavimentação asfáltica da Avenida Rio de Janeiro, garantindo melhor segurança e condições de gestão de tráfego. Nas vias do porto de Itaguaí foram instaladas novas luminárias de LED, com uma economia de energia em torno de 65%.

c) Transparência

A PortosRio recebeu o certificado ouro de transparência no site da Companhia, com um notável índice de 87,82% de aderência aos critérios legais e boas práticas relacionadas, conforme avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). A Companhia destacou-se como a Companhia com o melhor índice de transparência pública entre as autoridades portuárias. A Companhia também recebeu o prêmio “Portos + Brasil” pelo maior crescimento na movimentação de contêineres do país.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em prejuízo no montante de R\$ 442.870 mil (prejuízo de R\$ 353.488 mil em 31 de dezembro de 2022, sendo este prejuízo reapresentado nestas demonstrações contábeis), em especial pela constituição de provisão para contingências judiciais, ora revertido no período findo em 30 de junho de 2023, além de complemento no processo vinculado ao Portus (vide mais informações na nota explicativa nº 3).

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimização de custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3 – Reapresentação para fins comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, originalmente divulgadas em 14/03/2023 e 14/03/2022, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos dos demonstrativos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO			
BALANÇO PATRIMONIAL			
(Em milhares de Reais)			
	31 de dezembro de 2022		
PASSIVO	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	16.308	-	16.308
Obrigações trabalhistas e assistenciais	24.381	-	24.381
Obrigações tributárias	205.422	-	205.422
Obrigações contratuais	16.231	-	16.231
Benefícios pós emprego	24.318	-	24.318
	286.660	-	286.660
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias lp	504.188	-	504.188
Benefícios pós emprego lp	258.822	-	258.822
Provisão para contingências	1.400.645	325.691	1.726.336
Adiant. futuro aumento de capital	326.938	-	326.938
	2.490.593	325.691	2.816.284
Patrimônio líquido			
Capital social	2.455.537	-	2.455.537
Outros resultados abrangentes	80.112	-	80.112
Prejuízos acumulados	(3.145.247)	(325.691)	(3.470.938)
	(609.598)	(325.691)	(935.289)
Total do passivo	2.167.655	-	2.167.655
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.			

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
(Em milhares de Reais)			
	31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	728.973	-	728.973
Custos da operação	(154.838)	-	(154.838)
Lucro bruto	574.135	-	574.135
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	(257.532)	-	(257.532)
Depreciação	(26.485)	-	(26.485)
Provisões contábeis líquidas	(426.386)	(85.719)	(512.105)
Outras receitas operacionais	19.646	-	19.646
Outras despesas operacionais	(11)	-	(11)
	(690.768)	(85.719)	(776.487)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(116.633)	(85.719)	(202.352)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	(101.558)	-	(101.558)
Resultado antes dos tributos	(218.191)	(85.719)	(303.910)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	(36.448)	-	(36.448)
Contribuição social	(13.130)	-	(13.130)
	(49.578)	-	(49.578)
Resultado do exercício	(267.769)	(85.719)	(353.488)
Quantidade de Ações	1.222.461.484		1.222.461.484
Prejuízo por milhares de ações do Capital Social	(0,22)		(0,29)
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.			

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
(Em milhares de Reais)			
	31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado líquido do período	(267.769)	(85.719)	(353.488)
Outros resultados abrangentes	33.627	-	33.627
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	33.627	-	33.627
Resultado abrangente do período	(234.142)	(85.719)	(319.861)
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.			

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2022			
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo da atividade principal			
Resultado do exercício	(267.769)	(85.719)	(353.488)
(+) Outros resultados abrangentes	33.627	-	33.627
(+) Depreciação e amortização	67.911	-	67.911
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	27.536	-	27.536
(+) Provisão para contingências	303.533	85.719	389.252
(+) Benefícios pós emprego	(40.416)	-	(40.416)
(-) Receitas diferidas	(4.691)	-	(4.691)
Resultado ajustado	119.731	-	119.731
Variações no ativo			
Contas a receber	(3.782)	-	(3.782)
Créditos fiscais	(46.438)	-	(46.438)
Valores a receber	4.371	-	4.371
Depósitos judiciais	(62.111)	-	(62.111)
Outros ativos	547	-	547
Variações no passivo			
Fornecedores	10.588	-	10.588
Obrigações trabalhistas e assistenciais	10.946	-	10.946
Obrigações tributárias	(59.081)	-	(59.081)
Obrigações contratuais	(7.809)	-	(7.809)
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(33.038)	-	(33.038)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	(38.943)	-	(38.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(38.943)	-	(38.943)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(71.981)	-	(71.981)
Caixa e equivalentes no início do período	351.695	-	351.695
Caixa e equivalentes no fim do período	279.714	-	279.714

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2022			
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas			
Tarifas portuárias	800.229	-	800.229
Arrendamentos operacionais e alugueis	104.699	-	104.699
Provisão para perdas estimadas	641.081	-	641.081
Reversão de provisões	(20.267)	-	(40.267)
	94.716	-	94.716
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(597.661)	(85.719)	(683.380)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(46.538)	-	(46.538)
Outros custos	(468.215)	(85.719)	(553.934)
	(82.908)	-	(82.908)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	202.568	(85.719)	116.849
Depreciação e amortização	(67.912)	-	(67.912)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	134.656	(85.719)	48.937
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	63.670	-	63.670
Outras	60.842	-	60.842
	2.828	-	2.828
Valor adicionado a distribuir	198.326	(85.719)	112.607
Distribuição do valor adicionado	198.326	(85.719)	112.607
Pessoal			
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	245.809	-	245.809
Benefícios	129.750	-	129.750
Benefícios pós-emprego	34.098	-	34.098
FGTS	13.693	-	13.693
INSS	10.022	-	10.022
Provisões	33.508	-	33.508
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	24.018	-	24.018
	720	-	720
Tributos			
Federais	57.886	-	57.886
Estaduais	55.104	-	55.104
Municipais	87	-	87
	2.695	-	2.695
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	162.400	-	162.400
Contratos	-	-	-
Resultado do exercício	(267.769)	(85.719)	(353.488)

3.1 Provisão para contingências cíveis

Trata-se de complemento no processo cível nº 0105594-59.2004.8.19.0001 – em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca da Capital, desde 10 de setembro de 2004 movido pelo Portus, no qual há uma decisão desfavorável a Companhia no montante de R\$ 1.457.176.512,72 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e doze reais e setenta e dois centavos).

Considerando o relato, os saldos contábeis de 31/12/2023 deste referido processo estão suportados por esta decisão, sendo que os efeitos contábeis foram segregados, parte no ano de 2023 e o restante nos anos anteriores conforme demonstrativos contábeis reapresentados e tabela abaixo:

Descrição	Em R\$ mil		
	Saldo inicial em 2021	Ajustes	Saldo final em 2022
Processo cível nº 0105594-59.2004.8.19.0001 – Portus	556.229	239.972	796.201
Descrição	Saldo inicial em 2022	Ajustes	Saldo final em 2022
Processo cível nº 0105594-59.2004.8.19.0001 - Portus	796.201	85.719	881.920
Totais	796.201	325.691	1.121.891

Cabe destacar que inicialmente os valores deste referido processo estavam suportados por cálculo de perito contábil contratado pela Companhia (R\$ 556.229 mil até 30/09/2023 (R\$ 556.229 mil em 2022).

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;

- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



(ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) **Passivos financeiros**

a) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) **Baixa**

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) **Teste de recuperabilidade – Impairment**

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Staff Auditoria & Assessoria, contratada por meio do instrumento nº 54/2022, cujo objeto é a "prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para determinação do valor recuperável dos ativos (impairment test), revisões de vida útil e de valor residual".

b) **Vida útil**

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

4.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.10 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.11 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.14 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para o município onde são prestados os serviços (Itaguaí).

4.15 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) **Tarifas portuárias**

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) **Receitas de arrendamento**

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (Operações Compromissadas – CAC), vencíveis em até doze meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Banco do Brasil	87	99
Investimentos em renda fixa	310.822	279.615
Totais	310.909	279.714

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	191.506	(178.576)	12.930	194.220	(179.550)	14.670
Porto de Itaguaí	3.276	(167)	3.109	1.716	(213)	1.503
Porto de Niterói	4.903	(4.056)	847	4.500	(3.395)	1.105
Porto de Angra	1.691	(1.675)	16	531	(31)	500
Totais	201.376	(184.474)	16.902	200.967	(183.189)	17.778

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(183.189)	(177.434)
(+) Adições	(8.068)	(42.554)
(-) Reversões	6.783	36.799
Saldo final	(184.474)	(183.189)

7 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	2.110	3.140	51.160	42.019
Contribuição Social	-	311	15.382	13.304
Pasep	457	384	-	-
Cofins	1.468	1.153	-	-
Totais	4.035	4.988	66.542	55.323

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic. Na presente data, estes montantes não possuem expectativa de realização, por conta dos trâmites operacionais internos e aqueles exigidos pela Receita Federal, os quais causam atrasos na utilização dos referidos créditos.

8 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Município do Rio de Janeiro	-	7.516	-	50.331
Acordos – créditos a receber	5.360	13.085	1.244	6.602
Empregados cedidos a outros órgãos	1.874	1.685	-	-
Outros valores a receber	411	3.989	-	-
Totais	7.645	26.275	1.244	56.933

Município do Rio de Janeiro: compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis de titularidade da Companhia, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à Companhia, destinados à implantação da urbanização da área portuária. Os valores foram reclassificados para a conta Títulos em Cobrança Judicial.

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com clientes, sendo os mais relevantes: Triunfo Logística, Pennant Serviços Marítimos e Prestomar Serviços Marítimos.

Empregados cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério de Portos e Aeroportos – MPA e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A variação indica o recebimento de títulos em atraso.

9 – Outros ativos

Os grupos outros ativos, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas	547	127	-	-
Adiantamentos	9	10	-	-
Crédito com o Museu do Amanhã	-	-	17.780	17.780
Títulos em cobrança judicial	-	-	68.381	9.326
Outros valores	62	63	423	421
(PECLD)	-	-	(27.106)	(27.106)
Totais	618	200	59.478	421

Compõem as **Despesas Antecipadas** os seguros, o vale transporte e o IPTU.

O grupo dos **Adiantamentos** é formado pelo 13º salário e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

O **Crédito com o Museu do Amanhã** decorre do contrato de concessão de direito real de uso nº 004/2010, firmado com o Município do Rio de Janeiro, no qual a Companhia concedeu o Molhe Oscar Weinschenck, conhecido como Pier Mauá, para a construção do museu.

Os valores classificados na conta **Títulos em Cobrança Judicial** representam as seguintes ações:

- 0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo
- 5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação
- 5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança
- 5098089-37.2019.4.02.5101 – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – Cobrança
- 5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

O valor de R\$ 59.055 mil, relativo à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – CDURP, foi reclassificado da rubrica valores a receber, no 2º trimestre de 2023. Para o encerramento do exercício de 2023, cabe destacar que considerando que o Ente Federativo se encontrava inadimplente, o saldo devedor foi objeto de encontro de contas, aprovado pela Diretoria Executiva, em sua 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023, e aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023. O referido encontro de contas foi assinado no mês de janeiro de 2024.

A Companhia constituiu PECLD para o crédito do Museu do Amanhã e todos os valores em cobrança judicial, exceto quanto à CDURP, visto que foi assinado um encontro de contas entre o Município do Rio de Janeiro e a Companhia, contudo, ainda está aguardando homologação.

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ações judiciais – leasing	247.436	247.436
Bloqueios em conta corrente	173.750	165.168
Ações judiciais - Portus	26.167	32.182
Recursos interpostos	18.340	17.108
Ações judiciais – VPNI	2.769	40.947
Outras ações judiciais	134.450	132.371
Totais	602.912	635.212

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

- 0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- 0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro
- 0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
- 0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados durante o exercício de 2023.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

11 – Partes relacionadas

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente. A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023 deliberou pela descapitalização dos recursos, regularizando a situação do Realizável a Longo Prazo, que estava superavaliado.

12 – Propriedade para investimento

Trata-se de 48 (quarenta e oito) itens patrimoniais distribuídos entre 30 (trinta) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para investimento foram avaliados em R\$ 1.558.858 mil (R\$ 1.166.501 mil em 2022).

13 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2023			Movimentação janeiro a dezembro de 2023			Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	
Operação	921.080	(320.841)	600.239	4.877	(35)	8.353	551.194
Administração	176.006	(54.377)	121.629	5.285	(31)	5.392	127.192
Andamento	63.946	(2.515)	61.431	100.320	-	(10.201)	151.550
Totais	1.161.032	(377.733)	783.299	110.482	(66)	3.544	(67.323)

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

As adições no grupo Obras em Andamento são referentes ao contrato 06/2022 – obras de ampliação e modernização do Cais da Gamboa, firmado com o Consórcio Porto Rio 1, no valor global, em torno de R\$ 133.000 mil, bem como serviços de dragagem no Cais da Gamboa referente ao contrato 47/2022, no valor global em torno de R\$ 163.000 mil.

14 – Fornecedores



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



15 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	892	8.515
Consignações	293	246
Mesada judicial	58	173
Provisões e encargos	16.673	15.447
Totais	17.916	24.381

A rubrica de remunerações reduziu em função da mudança do critério de pagamento dos salários, que na data-base de 31/12/2023 foi pago no mesmo mês de competência.

16 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IPTU	14.695	14.695	-	-
ISS	494	89	3.331	2.958
Parcelamentos	119.975	130.163	426.785	501.230
Pasep/Cofins	9.940	5.053	-	-
IR e CSLL	16.101	12.887	-	-
INSS/FGTS	6.521	5.096	-	-
ATP	-	6.820	-	-
Taxa de ocupação	33.322	29.550	-	-
Outros	3.735	1.069	-	-
Totais	204.783	205.422	430.116	504.188

O saldo de IPTU a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O ISS registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os Parcelamentos compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, sendo: um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018; dois parcelamentos de Pasep e Cofins, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo Pasep/Cofins representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de IR e CSLL compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real.

O grupo INSS/FGTS representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O ATP – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa, cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. Os valores foram baixados no 1º trimestre de 2023 por deliberação da 2582ª Reunião da Diretoria Executiva de 09/02/2023.

A Taxa de Ocupação representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019.

17 – Obrigações contratuais

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	7.788	3.056
Expansão Terminal 1	7.651	7.651
Outros	4.917	5.524
Totais	20.356	16.231

A Expansão do Terminal 1 constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária.

A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento. Entretanto, o contrato foi encerrado em 16 de janeiro de 2023 com o saldo de R\$ 7.651 mil, não cobrado pela arrendatária por conta do pedido de recuperação judicial do Grupo Libra e pela discussão judicial de algumas faturas referentes à cobrança de movimentação mínima contratual.

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições correntes	587	572	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	24.411	23.746	195.992	202.535
Déficit Atuarial	-	-	71.728	56.287
Totais	24.998	24.318	267.720	258.822

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, de R\$ 292.131 mil (R\$ 282.568 mil em 2022), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do BBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do BBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do BBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do BBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - BBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial TCF	226.281	225.999
(-) Pagamentos	(14.056)	(12.855)
(+) Juros e atualização monetária	8.178	13.137
Saldo devedor remanescente	220.403	226.281
Circulante	24.411	23.746
Não circulante	195.992	202.535

As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Roxf Partners Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., são as seguintes:

Base de dados:

	2023	2022
Participantes ativos (passivo principal)	226	233
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.214	1.244
Aposentados	569	589
Pensionistas	645	655
Total de participantes	1.440	1.477
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,13	7,48

Formação do déficit:

	2023	2022
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(290.190)	(293.149)
Custo líquido no período	(6.839)	(6.556)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidos de capital	(3.022)	9.472
Pagamento de contribuições	7.920	7.665
Compartilhamento de risco	-	-
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(292.131)	(282.568)

Premissas:

	2023	2022
Premissas adotadas (final do ano)		
Taxa de desconto (nominal)	9,02%	9,834%
Retorno esperado dos ativos do plano	9,02%	9,834%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Outras premissas atuariais materiais:

	2023	2022
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor justo dos ativos do plano:

Ativos	2023		2022	
Principais categorias de ativos	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Disponível	-	-	-	-
Realizável	237.927	71,97%	244.164	77,449%
Títulos públicos	8.032	2,43%	8.415	2,669%
Ações	16.089	4,87%	15.994	5,073%
Fundos de investimento	28.206	8,53%	9.378	2,975%
Renda fixa	28.151	8,52%	9.319	2,956%
Imobiliário	55	0,01%	59	0,019%
Investimentos imobiliários	20.525	6,21%	19.517	6,19%
Precatórios – FND	19.251	5,82%	17.616	5,59%
Outros – depósitos judiciais	555	0,17%	174	0,06%
Total do Ativo	330.585	100,00%	315.259	100,00%

	2023	2022
Total do Ativo	330.585	315.259
(+) Ajuste a valor de mercado	-	-
(-) Contribuições contratadas	(220.405)	(225.840)
(-) Contribuições contratadas em atraso	-	(1.161)
(-) Uso próprio	N/D	N/D
(-) Exigível operacional	(5.125)	(232)
(-) Exigível contingencial	(3.686)	(4.653)
(-) Fundo previdencial	(24.549)	(14.526)
(-) Fundo de investimento	-	-
(-) Fundo administrativo	(13.439)	(12.689)
Valor justo dos ativos – inicial	63.381	56.159
Rentabilidade referente ao período projetado	-	422
Saldo previdencial referente ao período projetado	-	256
Valor justo dos ativos – final	63.381	56.837

Conciliação da obrigação de benefício definido – segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	136.622	214.161
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(5)	-
Custo dos juros	3.175	4.977
Contribuições de participantes do plano	1.673	-
Benefícios pagos	-	(9.224)
(Ganho) / perda atuarial	1.610	2.523
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	3.061	4.798
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(1.451)	(2.275)
Contribuições extraordinárias assistidos	-	-
Obrigação de benefício definido no final do ano	143.075	212.437

Análises de sensibilidade:

	31/12/2023
Valor presente da obrigação de benefício definido	
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	362.160
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	349.397
% de impacto na obrigação de benefício definido	
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	1,87%
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	(1,72%)
Alteração na tábua de mortalidade	
Agravada em 10%	348.469
Desagravada em 10%	363.233
% do impacto da tábua de mortalidade	
Agravada em 10%	(1,98%)
Desagravada em 10%	2,17%

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2023	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2023
Ações trabalhistas	173.482	(66.412)	94.475	(93.835)	107.710
Ações cíveis	1.032.378	(83.602)	613.890	(1.390)	1.561.276
Ações tributárias	520.476	(1)	374.831	(333.066)	562.240
Totais	1.726.336	(150.015)	1.083.196	(428.291)	2.231.226

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

Para as variações, dentre as ações cíveis, a principal variação foi resultado de decisão judicial na ação 0105594-59.2004.8.19.0001, movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social. O valor provisionado para esta ação foi de R\$ 556.229 mil até 30/09/2023 (R\$ 556.229 mil em 2022). Para o encerramento do ano de 2023, em consulta aos tramites deste processo, foi identificado uma petição do mês de setembro de 2023 relatando que este processo representa o montante de R\$ 1.457.177 mil. Considerando o relato, os saldos contábeis de 31/12/2023 deste referido processo estão suportados por esta decisão, sendo que os efeitos contábeis foram segregados, parte no ano de 2023 e o restante nos anos anteriores conforme detalhado na nota explicativa nº 3. Cabe destacar que inicialmente os valores deste referido processo estavam suportados por cálculo de perito contábil contratado pela Companhia (R\$ 556.229 mil até 30/09/2023 (R\$ 556.229 mil em 2022).

Em relação às ações tributárias, o aumento é resultado da atualização nos processos de execução fiscal do Município do Rio de Janeiro, relativos à falta de recolhimento do ISS entre as décadas 1990 e 2000. O complemento e a reversão no período de 2023 foi ocasionado, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 333.121 mil, relativo às ações tributárias, em especial pela mudança de estimativa para a Execução Fiscal nº 5005363-39.2022.4.02.5101, visto que a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro havia promovido o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa, pelo reconhecimento da imunidade tributária do ISS, contudo, o Município do Rio de Janeiro apresentou Embargos de Declaração, tendo o juízo acolhido o recurso, oferecidos pelo exequente (Município do Rio de Janeiro), anulando por completo a sentença, já que fundada em evidente erro material e com a anulação da referida sentença e a pendência de julgamento de recurso de apelação, implicaram na alteração da contingência de risco de perda "remota" para "provável", portanto, passível de registro contábil.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0000619-67.2011.5.01.0461	Clébio Maciel Ramos	Reajuste salarial	7.722
0001237-98.2012.5.01.0033	Ricardo de Oliveira	Danos morais, materiais	6.228
0038100-82.2005.5.01.0038	Paulo César Maiorano	Adicional de risco	5.247
0100097-44.2017.5.01.0071	Omar Martins Borges	VPNI e seus reflexos	4.793
0002600-61.2005.5.01.0035	Edson Barcellos Lemes	Reajuste salarial	4.014

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0105594-59.2004.8.19.0001	Portus Instituto de Seguridade	Ação ordinária de cobrança	1.419.940
0022472-95.1997.8.19.0001	Portus Instituto de Seguridade	Execução de título extrajudicial	90.797
0022386-50.2003.4.02.5101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
0162734-56.2001.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	332.717
0164878-03.2001.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	125.706
0226625-80.2003.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	55.673
0268369-94.1999.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	47.804
0006574-79.2011.8.19.0024	Município de Itaguaí	Embargos à execução	340

19.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes a Companhia em R\$ 289.544 mil (R\$ 187.261 mil em 31/12/2022), sendo:

Ações trabalhistas	R\$ 79.774
Ações cíveis	R\$ 209.718
Ações tributárias	R\$ 52

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0100228-74.2023.5.01.0017	Anivaldo Fernandes da Silva	Diferenças salariais	4.077
0100178-57.2023.5.01.0024	Robson Cosme Viana	Diferenças salariais	2.869
0100258-29.2022.5.01.0055	Júlio Cesar Neves da Silva	VPNI e seus reflexos	2.295
0100336-98.2022.5.01.0030	Dejacy da Conceição	Reajustes salariais	2.009
0100743-86.2022.5.01.0036	Arlindo Alves Lago	Diferenças salariais	1.863

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0006641-54.2008.4.02.5101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	100.000
5037687-87.2019.4.02.5101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	60.030
5015851-87.2021.4.02.5101	Companhia Port. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	19.298
5114322-41.2021.4.02.5101	Ministério Público Federal	Execução de TAC	11.000
0010847-49.2006.8.19.0001	TPAR Terminal Portuário Angra	Contrato	4.070

20 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Parte dos valores sofre a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	31/12/2023	31/12/2022
Repasses ao Portus (2013 a 2016)	265.235	234.640
Repasse para investimentos	92.636	90.852
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	1
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.634	1.445
Totais	359.506	326.938

21 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



Abaixo, segue o detalhamento por Porto:

Exercício de 2023	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	199.095	500.728	5.164	6.093	711.080
Receitas tarifárias	111.883	67.758	6.141	612	186.394
Receita total	310.978	568.486	11.305	6.705	897.474
Impostos federais	(26.321)	(54.098)	(1.115)	(593)	(82.127)
Impostos municipais	-	(2.482)	-	-	(2.482)
Receita operacional líquida	284.657	511.906	10.190	6.112	812.865

Exercício de 2022	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	213.703	462.104	5.313	5.942	687.062
Receitas tarifárias	75.613	33.312	5.118	177	114.220
Receita total	289.316	495.416	10.431	6.119	801.282
Impostos federais	(25.425)	(44.158)	(1.016)	(503)	(71.102)
Impostos municipais	-	(1.207)	-	-	(1.207)
Receita operacional líquida	263.891	450.051	9.415	5.616	728.973

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

Em relação a variação positiva de 2023 quando comparado com 2022, pode ser destacado, que as receitas tarifárias tiveram um reajuste nos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Angra dos Reis. Já em relação aos arrendamentos, houve um aumento na movimentação de minério de ferro (principal fonte de receita em relação aos arrendamentos), tendo também a influência da variação cambial, bem como do preço das commodities no mercado externo, visto que o principal produto de exportação é o minério de ferro.

23 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	92.565	82.346
Manutenção	22.513	5.168
Serviços de terceiros	3.570	-
Depreciação e amortização	41.067	41.426
Provisões	6.300	10.459
Impostos e taxas	1.531	15.439
Totais	167.546	154.838

24 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	144.165	138.993
Manutenção	29.452	18.887
Serviços de terceiros	1.899	-
Legais, judiciais e contratuais	30.415	78.037
Impostos e taxas	2.721	5.858
Outras	904	15.757
Totais	209.556	257.532

25 – Depreciação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação Bens em Operação	24.274	23.727
Depreciação Bens da Administração	1.982	2.913
Ajustes	-	(155)
Totais	26.256	26.485

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica estimada para cada classe de bens.

26 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
PECLD	6.403	31.072
Provisão de Férias	(11.689)	(6.456)
Provisão para o 13º Salário	6.199	5.982
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	383	368
Provisão para contingências	726.659	481.139
Totais	727.955	512.105

Em relação à Provisão para contingências, a variação no grupo é relativa à ajustes no provisionamento das ações trabalhistas, tributárias e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o exercício de 2022. Maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

27 – Outras receitas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel	18.775	16.020
Outras recuperações	6.989	-
Reembolsos	-	448
Alienação de bens	1.659	-
Taxa administrativa	354	-
Outras receitas operacionais	9	3.178
Totais	27.786	19.646

28 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras sobre créditos	34.321	33.977
Variações monetárias ativas	13.793	17.189
Juros ativos	3.347	4.967
Descontos obtidos	859	4.709
Outras receitas financeiras	1.208	-
Total receitas financeiras	53.528	60.842
Juros sobre encargos tributários	(75.366)	(121.882)
Despesas financeiras sobre créditos	(38.452)	(37.834)
Tarifas bancárias	(447)	(552)
Juros de mora	(161)	(2.066)
Multas e emolumentos diversos	(370)	(2)
Outras despesas financeiras	(3)	(64)
Total despesas financeiras	(114.799)	(162.400)
Total resultado financeiro líquido	(61.271)	(101.558)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 1/2024/CONFIS-PORTOSRIO
PROCESSO Nº 50905.001896/2024-12
INTERESSADO: COMPANHIA DAS DOCAS DO RIO DE JANEIRO

Assunto: Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações Contábeis

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 641ª Reunião Ordinária, realizada em 27/03/2024, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 109, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, à vista do relatório da "Consult Auditores Independentes", de 18 de março de 2024.

Considerando as ressalvas apresentadas no título "Base para Opinião com Ressalvas", e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, de 18 de março de 2024, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na ata de sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27 de março de 2024, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.913.808 mil e o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.685.534 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução das ressalvas apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 18 de março de 2024, bem como observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, de 22 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)
REBECCA CAROLINE FONTOURA DA SILVA FERREIRA
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)
ANA CAROLINA SOUZA DO BOMFIM
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos - Suplente

(assinado eletronicamente)
RAFAEL SOUZA PENA
Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)
JOÃO ROBERTO CARDOSO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Suplente

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DELIBERAÇÃO Nº 029/2024/CONSAD/PORTOSRIO

Considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, em sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27/03/2024,

DELIBERA:

Pela aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devendo ser observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras - Exercício 2023 (sei 8192008).

(assinado eletronicamente)
THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração

29 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2023 (352.467)	2022 (303.910)
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL		
Adições		
Provisão para contingências	1.019.054	552.994
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	8.064	40.268
Outras adições	-	110
Total	1.027.118	593.372
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.661)	(9.195)
Reversão de provisão para contingências	(292.395)	(71.856)
Outras exclusões	(425)	-
Total	(294.481)	(81.051)
Lucro ajustado	380.170	208.411
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(114.051)	(62.523)
Lucro real	266.119	145.888
IRPJ	39.864	21.883
Adicional de IRPJ	26.588	14.565
Provisão para o IRPJ	66.452	36.448
Provisão para a CSLL	23.951	13.130

30 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.109 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 90.400 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No exercício de 2023, o valor total faturado foi de R\$ 47.368 mil (R\$ 32.265 mil em 2022).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério de Portos e Aeroportos – MPA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2023 foi de R\$ 7.034 mil (R\$ 10.620 mil em 2022) e valor médio mensal foi de R\$ 586 mil (R\$ 885 mil em 2022).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A Companhia possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 31/12/2023 era de R\$ 59.055 mil (R\$ 57.847 em 31/12/2022).

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em milhares de Reais):

Custos com remunerações, encargos e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.236	1.232
Remuneração variável	261	338
Benefícios pós emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	83	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	-	-

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2023	2022
Conselho de Administração	235	269
Conselho Fiscal	188	180
Comitê de Auditoria Estatutário	115	135

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2023		2022	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior remuneração	32	94	30	116
Menor remuneração	26	2	26	2
Remuneração média	29	18	27	14

31 – Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 18 de março de 2024.

32 – Evento subsequente

No encerramento do exercício de 2023, por meio da 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023 da Diretoria Executiva, foi objeto da pauta desta referida reunião, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela PortosRio. O referido encontro de contas foi aprovado pela Diretoria Executiva, e teve sua aprovação pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023.

A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

Na presente data, este documento se encontra pendente de homologação entre as partes, por este motivo, ainda não foi realizado os registros contábeis deste documento. Abaixo, vide cláusula referente a homologação:

6.1. As PARTES informarão, no prazo de 48 horas após a assinatura do presente instrumento, o juízo da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, acerca da celebração desta Conciliação, requerendo sua homologação, assim como a suspensão do processo de nº 5004978-28.2021.4.02.5101, até a integral execução do disposto neste instrumento.

Por fim, os registros contábeis deste referido encontro de contas serão realizados quando da conclusão da homologação.

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO DIRETOR-PRESIDENTE CPF: 427.257.804-97	RONALDO FUCCI DIRETOR CPF: 548.329.937-04
ANTONIO CARLOS DA GLÓRIA SARDINHA DIRETOR CPF: 422.002.537-53	JOÃO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO CONTADOR – CRC/PR 055498/O-4 T CPF: 035.876.669-97



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DELIBERAÇÃO Nº 030/2024/CONSAD/PORTOSRIO

Considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, em sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27/03/2024,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2023.

(assinado eletronicamente)
THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, o saldo de depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas que em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 602.912 mil (R\$ 635.212 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 10, está em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2023.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 107.710 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 173.482 mil em 31 de dezembro de 2022) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judiciais, bem como nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2023.

Transações com o Tesouro Nacional – Contratos de Cessão de Créditos

Conforme nota explicativa nº 30, a Companhia, no exercício de 1998, transferiu para a União os direitos de créditos decorrentes de um contrato de arrendamento assinado com a Sepetiba Tecon S.A., com vencimento em OUT/2025, sendo que o saldo a vencer em 31 de dezembro de 2023 era de aproximadamente R\$ 90.400 mil (R\$ 146.846 mil em 31 de dezembro de 2022). Nossos procedimentos de auditoria revelaram inconsistências nos critérios de reconhecimento do passivo obrigacional e do impacto no resultado do exercício corrente, relacionado às antecipações recebidas por conta de tal cliente, em face dos direitos creditórios cedidos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Evento Subsequente – Autocomposição CDRJ x Município do Rio de Janeiro

Conforme apresentado na nota nº 32, a Companhia aprovou em 27/DEZ/23, por meio da deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ do Conselho de Administração, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela CDRJ, a título de ISS. A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR) e na presente data, este documento se encontra pendente de homologação entre as partes, por este motivo, ainda não foram realizados os registros contábeis inerentes a operação.

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido
Conforme apresentado na nota nº 18, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2022

Conforme mencionado na nº 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados para retificação do reconhecimento de saldo relacionado a provisão para contingência, como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi

submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e Revisão do Ano Anterior

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujo relatório datado de 13 de março de 2023, continha ressalvas com relação aos depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas, provisões para passivos contingentes, contas a receber de partes relacionadas, transações com o tesouro nacional – contratos de cessão de créditos e valor justo de propriedades para investimentos – divulgação em nota explicativa.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2024.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5